

CONVIDADO

Promessas de Modi e orçamento 2015/16

EUGÉNIO VIASSA MONTEIRO
Professor da AESE
e presidente da AAPI

Tem havido boas surpresas nestes últimos meses, com um Modi muito confiante em si, preparado para a função de PM da maior democracia. Com a abertura aos países vizinhos, iniciando uma operação de 'charme' e diálogo, teve contactos com chefes de Estado, para elevar a Índia ao nível que merece. Visitou e recebeu visitas de estadistas que têm voz na geopolítica: da China, dos Estados Unidos, do Japão, da Rússia, etc.

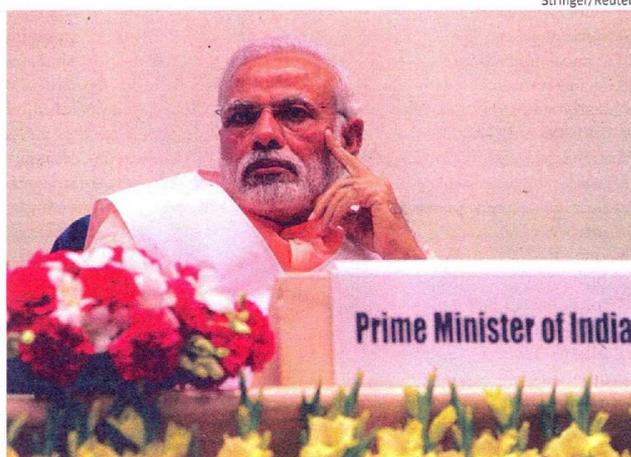
Das suas prioridades, destaco:

- Trabalhar pelas minorias;
- Trabalhar pelos pobres;
- Prioridade ao desenvolvimento de competências da juventude;
- Tecnologias modernas na agricultura;
- Casas para todos, até ao ano 2022;
- Uma Índia limpa, meta para o ano 2019.

O orçamento de 2015/16 enfatiza a criação de condições atractivas ao capital para que possa entrar em acção no solo indiano, criando ou ampliando indústrias, alinhado com o "make in India". Daí, que haja uma redução do imposto sobre os lucros das empresas de 30 para 25%. Longe da mentalidade socialista, que paralisou a Índia por mais de 40 anos, confia em que os empresários fazem melhor, criam trabalho e riqueza.

Já era tempo de levar à prática, para ganhar mais eficácia, aquilo que é notório na Índia: em todos os âmbitos onde o privado entra a substituir o público, tudo funciona muito melhor, com boa utilização dos recursos, resolvendo os problemas do país: na educação, na saúde, na energia, na agricultura, nos TI, etc. Os nós e os alçapões socialistas estão a desmantelar-se pouco a pouco, dentro do contexto legal de uma democracia.

As pessoas que pagam impostos sobre os rendimentos (35 milhões) são uma minoria de cerca de 3% da população; haverá uma sobretaxa de



Stringer/Reuters

2% sobre os "super-ricos" e um maior controlo da evasão. Talvez se devesse ampliar a base, encontrando forma de incluir receitas que ficavam de fora, como as do sector agrícola.

Os leilões que se têm vindo a realizar, tanto para as "frequências" de telecomunicações, como para as "minas de carvão", além de aumentar muito as receitas, dão a tónica da justiça que vem da transparência dos processos, abertos a todos, e generalizáveis a quaisquer concessões ou privatizações.

Em preparação está o Imposto sobre Bens e Serviços, único para o país, que facilitará a entrada de capital, pois nada pior do que as incógnitas de impostos e taxas, variando com os Estados. Essa uniformização carece de uma "emenda constitucional".

Parece que no conjunto, os pobres ficaram esquecidos. Não: há esquemas de apoio que funcionavam mal, com corrupção e roubo pelo meio; com a Identificação Única e

mais de 100 milhões de novas contas bancárias, dos pobres que não as tinham, é esperado que os apoios vão integralmente para os destinatários, melhorando o impacto nas suas vidas. Irão beneficiar de um seguro de saúde.

Há forte atenção à qualificação profissional, que fazia muita falta. A construção civil não vai mais depressa por falta de pessoal qualificado; mecânicos de carros e de máquinas, bem como de aparelhagem electrónica e técnicos de variadas profissões estão a ser preparados em muitas escolas profissionais que surgem com rapidez e se multiplicam para acorrer às necessidades da região.

A prazo, as perspectivas serão melhores ainda: toda a população jovem, entre os 6 e os 14 anos, deve estar na escola. De facto, tanto os filhos de pobres ou ricos, que são 96% do total em idade escolar, de facto estão a aprender. Isto é motivo de grande esperança no futuro. ■